

COOPERAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS PARA REDUÇÃO DA POBREZA URBANA

MESA 2: PARCERIAS PARA APOIAR AS ESTRATÉGIAS DOS
DIRIGENTES LOCAIS

Inês Magalhães

Secretária Nacional de Habitação
Ministério das Cidades

Porto Alegre, 23 de novembro de 2011
10º Congresso Mundial de Metrôpoles



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



COOPERAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS PARA REDUÇÃO DA POBREZA URBANA

MESA 2: PARCERIAS PARA APOIAR AS ESTRATÉGIAS DOS DIRIGENTES LOCAIS

Redução da pobreza e a atenção dada aos assentamentos informais

- Quem são os atores por trás das políticas?
- Quais experiências são mais factíveis de se aplicar?
- Quais são os recursos humanos atrás do financiamento, em cada esfera do governo?
- O que o ministério está fazendo como agenda de cooperação internacional?
- O que devemos levar em conta quando as cidades decidem optar pela cooperação descentralizada?



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



contexto brasileiro: federalismo e desigualdades



Brasil
26 Estados e Distrito Federal
5.565 municípios
190,8 milhões de habitantes
58 milhões de domicílios



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



Constituição Federal de 1988:

- Governos locais passaram a ter poder de arrecadação, além de receberem transferências da União
- Ampliação de seu âmbito de competências político-administrativas
- Passaram a ter autonomia para formular e implementar políticas prioritárias para seu território e população, adquirindo maior visibilidade na questão do financiamento e produção das políticas sociais.
- Houve, com isso, um significativo fortalecimento do papel dos municípios

Ao longo da década de 1990: reforço à descentralização na maioria das áreas de política social.

Expressiva variação no processo de descentralização das políticas sociais: descentralização tem se dado de forma heterogênea do ponto de vista das diferentes políticas sociais e tem apresentado significativas variações entre os municípios



GRAU DE URBANIZAÇÃO: 84,4% (Censo 2010, IBGE)

- processo acelerado, concentrador e produtor de desigualdades

POPULAÇÃO URBANA: passou de 44% a 84% em 40 anos

- Maior crescimento populacional (2000-2010) nas regiões Norte e Centro-Oeste

REGIÕES METROPOLITANAS: as onze principais RMs concentram

- mais de 80% das favelas
- 28% do déficit habitacional
- 60% do PIB

NÍVEIS DE POBREZA:

- 20 milhões de pessoas em extrema pobreza
- 5% no Sudeste e 25% no Nordeste



dimensão da questão habitacional e pobreza

- **Déficit habitacional de 5,6 milhões de domicílios** (habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e domicílios com adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados): 83% urbano e 17% rural; 89,0% concentrado nas famílias com renda até 3sm.
- Mais de 3 milhões de **domicílios em assentamentos precários urbanos**, 85% em áreas metropolitanas com diferentes tipos de inadequações e famílias de baixa renda.
- Cerca de 11 milhões de domicílios com **carência de serviços de infraestrutura urbana** (não dispõem de acesso a, ao menos, um dos serviços básicos: iluminação elétrica, rede de abastecimento de água com canalização interna, rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo)
- Estimativa de formação de 21,3 milhões de **novos domicílios** até 2023, resultante da *demanda demográfica futura* por moradias. Esta demanda vai gerar um acréscimo, em média, de 1,5 milhão de novos domicílios por ano, 69% concentrado na renda até 3sm.



No meio urbano:

- Em periferias metropolitanas e de cidades médias, vivendo em assentamentos precários, em conjuntos habitacionais degradados, loteamentos clandestinos, cortiços, em situação de rua...

No meio rural:

- Vivendo em moradias precárias isoladas, em assentamentos da reforma agrária, em comunidades ribeirinhas...



erradicação da pobreza, território e a questão habitacional

■ Nas estratégias da política habitacional de combate à situações de pobreza é necessário considerar além da renda, o **território como espaço de produção de desigualdades**

□ Na articulada territorial deve ser considerada a **dimensão intersetorial**:

a inserção da população de baixa renda no território requer, além das ações de produção habitacional e garantia do acesso à infraestrutura de qualidade, **ações interinstitucionais e multisetoriais que garantam a qualidade do acesso a bens e serviços sociais**, urbanos e ambientais, bem como **oportunidades de inclusão produtiva sustentáveis** para superação da cumulatividade de carências desta população nestes território

■ Destaca-se também a diferenciação e especificidade da pobreza nos **meios urbano e rural** e a dimensão da **inserção regional**, considerando-se as heterogeneidades e desigualdades regionais existentes no país



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS + PRODUÇÃO HABITACIONAL EM ESCALA

DÉFICIT HABITACIONAL

- Habitações improvisadas ou rústicas
- Coabitação familiar involuntária
- Ônus excessivo com aluguel



**PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA**

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS

- Carência de infraestrutura
- Inadequação fundiária
- Adensamento excessivo
- Inexistência de banheiro
- Cobertura inadequada



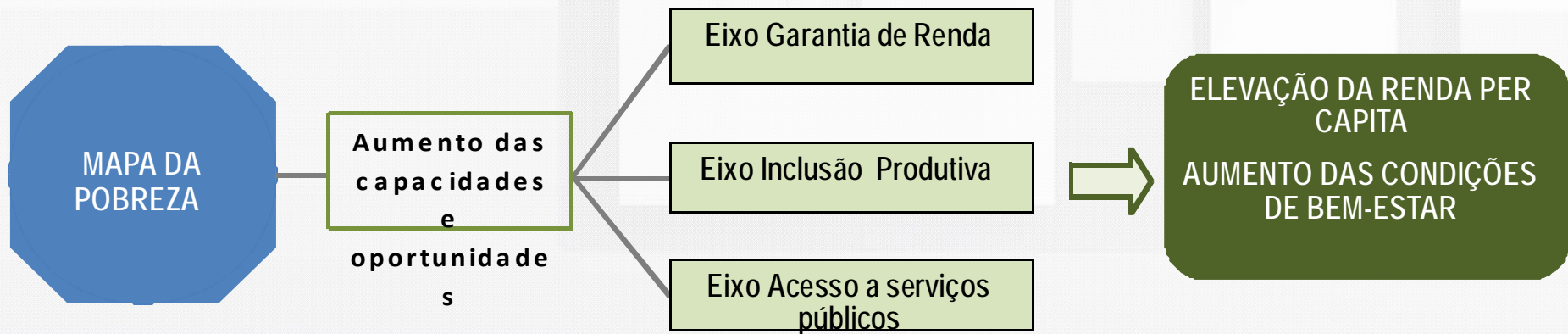
**PAC
URBANIZAÇÃO**



INTERFACE COM PROGRAMAS SOCIAIS

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA:

- Linha de extrema pobreza: renda familiar *per capita* de até R\$ 70
- Valor de referência da extrema pobreza do Bolsa Família
- Público do Brasil Sem Miséria: 16,2 milhões de pessoas em todo o país



PAC HABITAÇÃO – um novo padrão de intervenção em favelas



- Incorporação da urbanização de favelas como um eixo da política habitacional
- Ampliação do acesso a equipamentos e serviços sociais
- Fortalecimento da inclusão social: manutenção das relações econômicas e sociais da comunidade

TRANSFORMAÇÃO DAS FAVELAS EM BAIROS POPULARES

- Obras de infraestrutura urbana: redes de água e esgoto, drenagem, contenção, pavimentação e calçamento
- Produção e melhoria habitacional
- Título de propriedade para as famílias
- Criação e recuperação de espaços de uso comum: cultura, esportes e lazer
- Disponibilização de serviços públicos: saúde, educação, transporte/mobilidade
- Novo padrão construtivo: projetos diversificados, qualificados e adequados à realidade local
- Priorização dos moradores como trabalhadores nas obras, especialmente das mulheres
- Participação comunitária



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



PAC HABITAÇÃO – um novo padrão de intervenção em favelas

RESULTADOS ESPERADOS

- Inserção dessas comunidades à cidade formal
- Moradias e equipamentos públicos dignos
- Melhor qualidade de vida: saúde, educação, transporte, mobilidade
- Recuperação ambiental
- Prevenção de acidentes em áreas de risco
- Melhoria na renda com geração de trabalho na comunidade: moradores fazem as obras e são capacitados para o mercado de trabalho

AVANÇOS NA GESTÃO

- Processo de seleção republicana com pactuação federativa
- Sistema de monitoramento
- Simplificação de regras de contratação e execução de obras
- Integração de políticas: cultura, segurança, desenvolvimento social
- Desenvolvimento de projetos de melhor qualidade
- Reestruturação do setor público na área habitacional: maior rapidez e qualidade na execução
- Retomada do setor da construção civil
- Retomada dos investimentos na área urbanizando e produzindo habitação



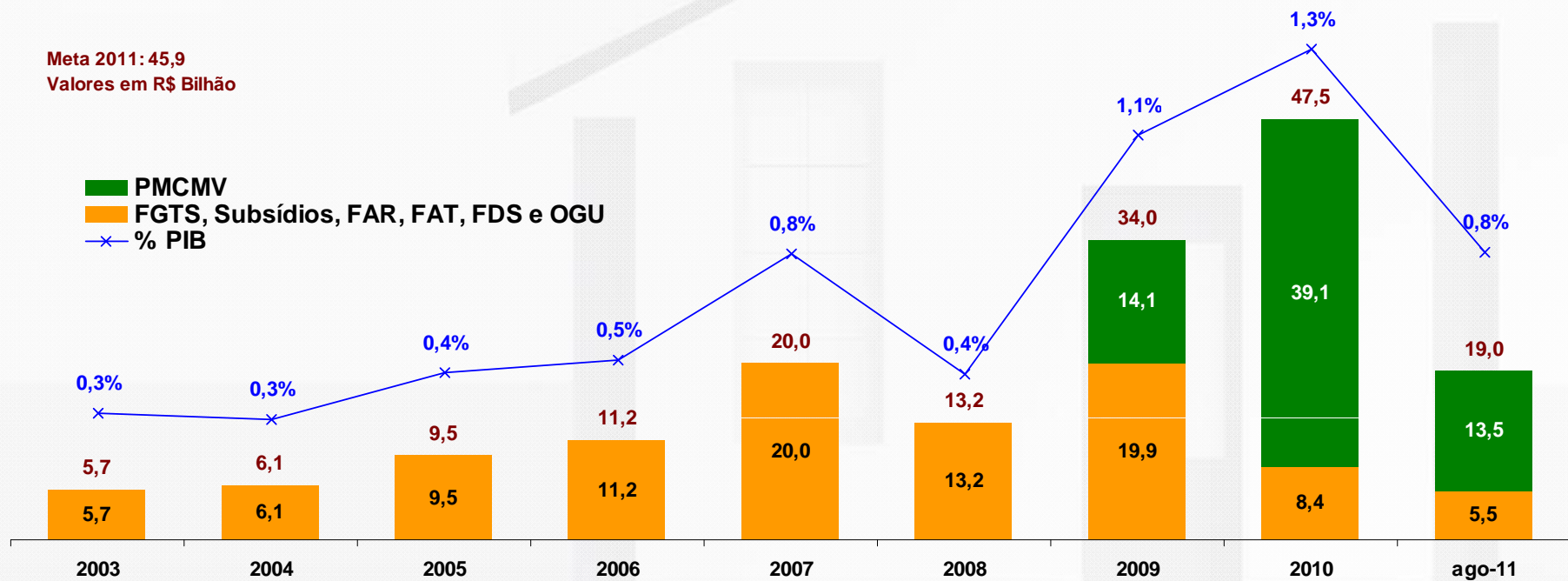
Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



evolução dos investimentos em habitação

Meta 2011: 45,9
Valores em R\$ Bilhão



Contratação PMCMV	R\$ Bilhões	Unidades
PMCMV 1 (2009-10)	53,2	1.005.128
PMCMV 2 (2011)	13,5	188.800
Total	66,7	1.193.928

PMCMV: total de contratações PF e PJ. Fonte: CEF
OGU e Fin. (PAC): recursos contratados – FNHIS, PPI, Pró-Moradia e PMI. Fonte: Balanço PAC – MCidades
Posição: outubro/2011



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



COMPLEXO DO ALEMÃO – RIO DE JANEIRO/ RJ



mobilidade - teleférico

equipamentos

moradias

infraestrutura



Secretaria Nacional de Habitação

Ministério das Cidades



COMPLEXO DO ALEMÃO



Teleférico



Secretaria Nacional de Habitação

Ministério das Cidades



COMPLEXO DO ALEMÃO



Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



COMPLEXO DO ALEMÃO



Núcleo Habitacional e de Serviços



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades



COMPLEXO DO ALEMÃO



Núcleo Habitacional



Secretaria Nacional de Habitação

Ministério das Cidades



VILA DA BARCA – BELÉM/ PA

Reordenamento urbano

Antes



Depois



Moradia

Antes

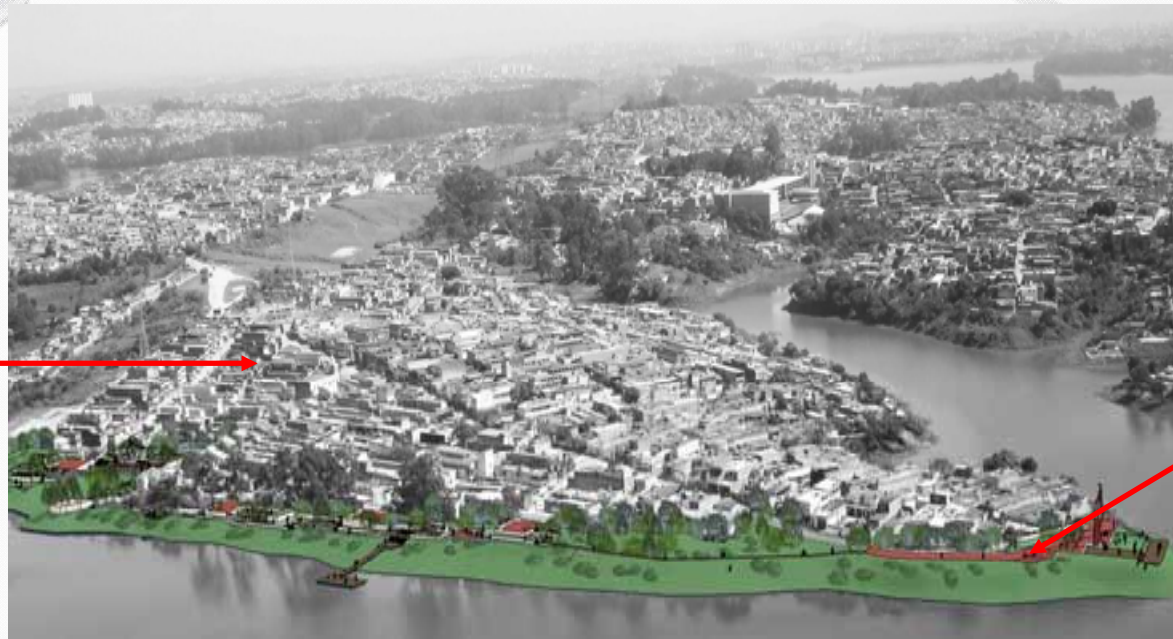


Depois



BILLINGS GUARAPIRANGA – SÃO PAULO/ SP

infraestrutura
e melhorias
habitacionais



recuperação
ambiental

equipamentos
públicos



MARGEM ESQUERDA DO RIO ANIL – SÃO LUÍS/ MA

infraestrutura, melhorias habitacionais e equipamentos públicos



produção habitacional



Antes



mobilidade urbana e recuperação ambiental



Secretaria Nacional de Habitação

Ministério das Cidades



LIÇÕES , APOSTAS E DESAFIOS...

- **PACTO FEDERATIVO:** aposta no município como o ator mais adequado para fazer a gestão do território e a articulação dos instrumentos e recursos disponibilizados pelo Governo Federal.
 - Apoiar os municípios para que estes avancem na implementação dos instrumentos de gestão do território indispensáveis para a provisão da moradia e produção de cidades mais sustentáveis equitativas .
- **INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS**
 - Incorporar a dimensão territorial na implementação e aprimoramento da rede de proteção social
- **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:** aprimoramento dos programas federais, criação de cadastro único de demanda habitacional e outras estratégias
- **ESTRUTURAÇÃO DO SETOR PÚBLICO E DO SETOR PRODUTIVO:** estruturação das capacidades dos setores para o incremento da produção de unidades novas, para evitar que novas áreas de precariedade se formem nas cidades
 - É preciso assegurar qualidade, inovação tecnológica e sustentabilidade na produção habitacional
- **APRIMORAMENTO DOS MARCOS REGULATÓRIOS:**, parcelamento do solo, parceria público-privada, consórcio público, garantia de acesso a serviços e infraestrutura básica e equipamentos sociais independentemente da regularidade fundiária



Projetos de cooperação técnica sul-sul

- Cabo Verde: Projeto de Cooperação Técnica Bilateral “Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde”
- Cooperação Trilateral Brasil – Moçambique – Itália: “Apoio à requalificação urbano no bairro de Chamanculo C”

Troca de Experiências em temas e desafios comuns

- América Latina: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela
- Fórum de Diálogo IBAS – Índia, Brasil e África do Sul – Grupo de Trabalho sobre Assentamentos Humanos - expectativa de envolver governos locais, acadêmicos e organizações da sociedade civil no diálogo IBAS

Diálogos Norte – Sul

- Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos

Instituições Parceiras

- ONU-Habitat; Banco Mundial; World Bank Institute; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Cities Alliance; Slum Dwellers International

